

CEN oficializa Lula como candidato à Presidência

REUNIÃO NO DIA 10, EM SÃO PAULO, CONFIRMA LÍDER PETISTA PARA A SUCESSÃO DESTE ANO E MARCA CONVENÇÃO NACIONAL PARA O FINAL DESTE MÊS

A CEN (Comissão Executiva Nacional) do PT oficializou no dia 10 de junho, em reunião em São Paulo, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República neste ano. A definição foi acompanhada da criação do comitê financeiro.

Essas medidas atendem a exigências legais para o início da campanha presidencial. Com a indicação do candidato e do comitê financeiro, já é possível arrecadar recursos para a disputa.

Lula havia sido indicado para concorrer à Presidência na prévia nacional, na qual saiu vencedor com 84,4% dos votos válidos. O senador paulista Eduardo Suplicy, que concorreu com Lula, teve 15,6%. Esse resultado foi homologado em março pelo DN (Diretório Nacional).

As definições tomadas pelo PT coincidem com uma rodada de decisões entre os eventuais adversários na sucessão presidencial. A convenção do PSDB, por exemplo, estava prevista para o dia 15.

O PPS confirmou a candidatura de Ciro Gomes, ex-ministro da Fazenda e ex-governador do Ceará, que terá como vice Paulo Pereira da Silva (PTB), presidente da Força Sindical. A convenção selou a formação da Frente Trabalhista, que conta ainda com o PDT.

O PSB, por sua vez, oficializou a candidatura de Anthony Garotinho, ex-governador do Rio, à Presidência. O partido, que em 1989, 1994 e 1998 concorreu em aliança com o PT, ainda espera formalizar acordos com pequenos partidos para a disputa.

Convenção

A reunião da CEN também aprovou a data da convenção nacional do PT, que acontecerá junto com uma reunião do DN nos dias 28 e 29 de junho. Uma comissão foi criada para organizar o evento, cujo local ainda não foi definido.

Participarão da comissão os secretários nacionais Luiz Dulci (Geral), Delúbio Soares (Finanças) e Silvio Pereira (Organização), mais Heiguierto Della Bella Navarro, presidente da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos) e membro da CEN.

Na sexta-feira, dia 28,

serão tomadas as decisões finais para a campanha deste ano, como a formalização de todas as alianças e a indicação do candidato ou candidata a vice na chapa de Lula. No sábado, dia 29, está previsto um ato político para o lançamento da candidatura petista. A data final para a definição das chapas presidencial e aos governos dos Estados é no dia 30 de junho.

Coligações

A CEN aprovou ainda os termos de um acordo político com o PC do B, para uma coligação nos 26 Estados e no Distrito Federal, nas disputas majoritárias (Presidência e governos) e proporcionais (Senado, Câmara e Assembléias Legislativas). Também continuam as negociações com outros partidos.

Com esse acordo aprovado no dia 10, será efetivada uma aliança nacional entre PT e PC do B. O PC do B é um aliado constante nas disputas presidenciais desde 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez à Presidência e chegou ao segundo turno.

Nos Estados

Os Diretórios Estaduais do PT deverão realizar suas convenções nos dias 29 e 30, mas no mesmo dia em que a CEN definia a aliança com o PC do B, os diretórios dos dois partidos no Ceará anunciaram a coligação para a sucessão estadual. O petista José Ayrton Cirilo, presidente estadual do partido e vencedor da prévia realizada no Ceará, será o candidato ao governo, tendo como vice um nome do PC do B ainda a ser definido. Para a disputa do Senado, a aliança contará com o ex-deputado estadual Mário Mamede, do PT.

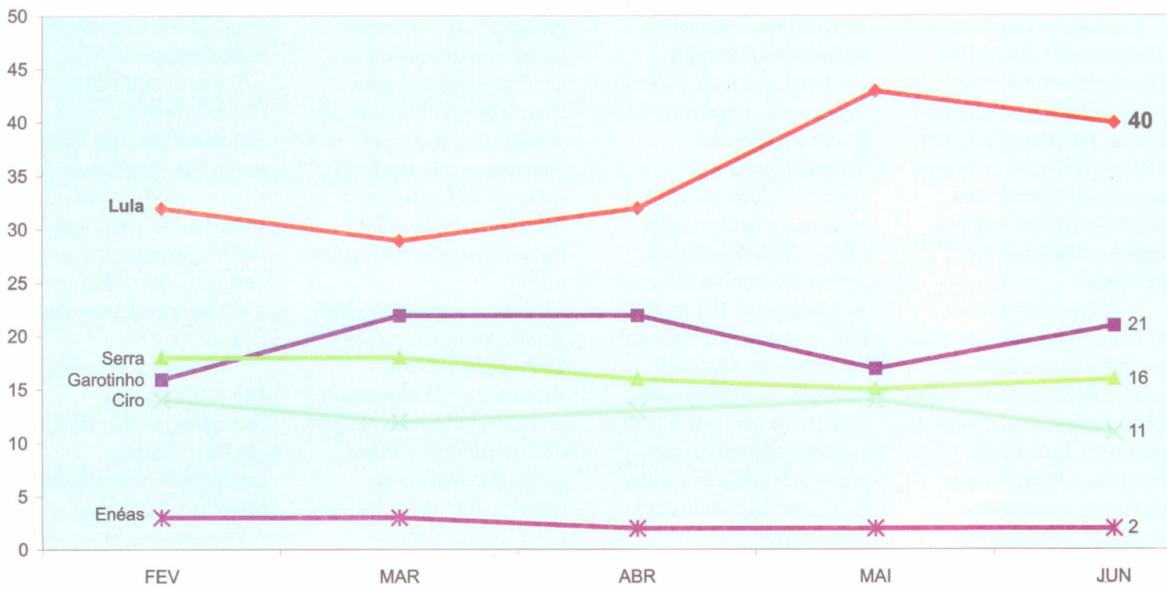
Em São Paulo, o PT realizou no último dia 9 um encontro extraordinário que confirmou o deputado federal José Genoíno como o candidato ao governo do Estado. O também deputado federal Aloizio Mercadante foi confirmado como candidato ao Senado.

A aliança com o PC do B também foi aprovada em São Paulo, assim como acordos com PMN e PCB e até mesmo a possibilidade de eventuais coligações com outros partidos.



O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, confirmado candidato do partido à Presidência da República

A evolução dos candidatos segundo o Datafolha



Com 40%, petista continua líder

O candidato do PT à Presidência permanece na liderança das pesquisas, apesar da maior exposição do principal rival, o ex-ministro da Saúde José Serra (PSDB), que ganhou pontos nos levantamentos recentes.

Na pesquisa Datafolha divulgada no último dia 9, Lula aparece com 40%, três pontos a menos do que no levantamento anterior. Serra passou de 17% para 21%. Anthony Garotinho (PSB) permaneceu estável — passou de 15% para 16% —; Ciro Gomes (PPS) perdeu três pontos e ficou com 11%. Enéas Carneiro (Prona) mantém os 2%.

A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou

para menos. O Datafolha ouviu 2.793 eleitores em 171 cidades no dia 7 de junho.

No cenário mencionado, que é o mais provável para as eleições deste ano, a pesquisa estimulada (na qual os nomes são apresentados aos entrevistados) foram apurados 10% de eleitores “sem candidato”: 5% disseram que vão votar em branco, nulo ou em nenhum dos nomes e outros 5% afirmaram não saber em quem vão votar.

Nas simulações de um eventual segundo turno, Lula sairia vitorioso em todas as hipóteses. Para 45% dos entrevistados, o petista faria um governo melhor do que o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), disse que o partido não está preocupado com pesquisas. “Oscilação de pesquisa é natural e normal”, afirmou.

De acordo com ele, o PT nunca transformou pesquisa em instrumento de campanha. “Nós sempre falamos que é muito cedo para comentar sobre o resultado de pesquisa. A eleição não começou, para nós não altera em nada.”

A íntegra da pesquisa Datafolha pode ser consultada no site do instituto na internet (www.datafolha.com.br), assim como os relatórios dos levantamentos anteriores feito pelo instituto.

Ibope

Uma pesquisa do Ibope divulgada no dia 10 também trouxe Serra isolado na posição, com 19%, três pontos a mais do que na pesquisa anterior. Lula oscilou um ponto para cima e passou a 39%.

A margem de erro no caso do Ibope é de 2,2 pontos percentuais. Foram entrevistadas 2.000 pessoas entre os dias 6 e 9 de junho.

Nessa pesquisa, Garotinho perdeu três pontos e apareceu agora com 13%. Ciro oscilou um ponto para baixo e ficou com 9%. Enéas continuou com 2%.

Os “sem-candidato” somaram 8%, mesmo percentual obtido em levantamento anterior.

OPINIÃO

Vamos à luta, vamos às ruas, vamos vencer

Começou a batalha para decidir o futuro do Brasil. O tucanato, depois de levar o país a um impasse sem precedentes em sua história, quer vencer, mesmo às custas de produzir e explorar politicamente uma crise econômica que eles criaram e que pode nos levar a bancarrota.

Incapazes de discutir e debater suas propostas e sem saída para a atual crise, investem no medo e querem atribuir a nós, às eleições e à possibilidade de vitória da oposição, do PT, a responsabilidade pela crise atual que é totalmente do governo, do PSDB e seus aliados.

Não aprenderam com a experiência de Collor e ameaçam a sociedade pregando que só há duas alternativas: o caos ou eles. Mas a verdade nua e crua é que eles — o governo — são os únicos responsáveis pela situação atual do país.

Não mudaram em 99 quando era possível e já estava claro o limite do chamado neoliberalismo, do Consenso de Washington. Pelo contrário, aprofundaram as privatizações e nossa dependência ao capital externo e endividaram o país, sem investir em sua infra-estrutura. Não



realizaram a reforma tributária, financeira e, por mais que até o empresariado exigisse, recusaram-se a fazer uma política industrial, de substituição de importações, além de terem sido incapazes de criar as condições para uma política de exportação.

O governo tucano continuou praticando uma política de juros altos, de endividamento e corte nos investimentos e nos gastos sociais, fazendo o Brasil cada vez mais prisioneiro da dívida externa, que dobraram, e da interna, que quase dobraram em termos de participação no PIB, passando de 30% para 56%.

Sem aumentar as exportações, estagnando a economia e com o aumento do desemprego e dos problemas sociais decorrentes, o governo insistiu na política de juros altos (um dos maiores do mundo) e superávits fiscais

de 3,5%, inviabilizando qualquer retomada do crescimento ou aumento em nosso comércio exterior, o que, por sua vez, inviabiliza o pagamento de nosso passivo externo de 400 bilhões de dólares.

Sem dólares para pagar os compromissos externos e impossibilitados de continuar rolando uma dívida interna absurda, o governo se vê frente à alternativa de ir novamente ao FMI ou renegociar nossa dívida, já que a saída de aumentar o superávit para 5% como alguns propõem é inviável socialmente, já que aumentaria o desemprego e agravaria a questão social a limites insuportáveis para a sociedade, além de lançar a economia numa recessão, criando um quadro perigoso do ponto de vista político-institucional.

Qualquer analista, investidor ou credor externo sabe que o Brasil, que o nosso governo, não tem, neste momento, condições de honrar os compromissos assumidos no pagamento de suas dívidas e, ao ler os números sobre o país — nossa dívida externa significa 400% de nossas exportações; nossa dívida pública é rolada a juros reais de, no mínimo, 12% ao ano; exportações sem crescer;

superávit comercial ridículo e déficit nominal de 4% — exige cada vez mais juros para emprestar ao Brasil, começa a retirar seus capitais do país ou deixa de emprestar, não rolando os empréstimos de nossas empresas e mesmo do governo.

Esta é a situação e ela não tem nada a ver com as eleições e com as propostas do PT. São uma prova cabal da inconsistência técnica e da incompetência dos tucanos e seus aliados e da irresponsabilidade de nosso governo e seus ministros. São uma prova cabal de que não devemos, não podemos assumir que vamos continuar com esta política e não podemos assinar nenhum compromisso de mantê-la e muito menos defendê-la.

A empáfia e pretensão dos tucanos e de seus ministros não têm limites. Responsáveis pelo maior erro já cometido por um governo, em termos de planejamento e administração — a crise energética — e incapazes de fazer o país aumentar suas exportações e realizar a reforma tributária, que estava pronta para ser votada no Congresso Nacional, querem nos imputar a pecha de incompetentes, quando são

eles comprovadamente incapazes de gerir nossa economia, haja visto as últimas barbearagens do Banco Central.

Infelizmente a situação é demasiadamente grave e tende a se agravar ainda mais. E o governo e o próprio presidente parecem não tomar consciência, ou o pior, não têm saídas para a crise atual, e, frente a uma disputa eleitoral, preferem esconder da sociedade a situação e, de forma irresponsável, querem ainda atribuir a nós, ao PT, às pesquisas eleitorais e às nossas propostas econômicas a responsabilidade política pela crise.

Gastando milhões e milhões de reais numa propaganda mentirosa, querem ainda convencer o país de que resgataram a dívida social e criaram o maior programa social do mundo, quando a realidade do país é o crescimento do desemprego e particularmente da violência social, já que prova de mais uma incompetência dos tucanos e de seus governos é a grave situação da segurança pública.

É por tudo isto que nosso partido e todos nós não tememos o debate político e a disputa eleitoral, até porque

mais de dois terços do eleitorado têm essa mesma avaliação sobre o governo e os tucanos. Vamos assumir a defesa de nosso programa e da candidatura Lula nas ruas e nas praças de nosso Brasil para vencer as eleições e mudar esta política econômica, este modelo, reassumindo o projeto de desenvolvimento nacional abandonado pelos tucanos, realizando as reformas que o Brasil precisa para voltar a crescer com distribuição de renda, com investimentos sociais e o fim da pobreza e da corrupção, o que, segundo 64% dos entrevistados pelo Datafolha, é outra marca registrada deste governo dos tucanos.

A hora é de mobilização, de ir para as ruas e de fazer campanha, de organizar nossos comitês eleitorais e populares, lançar nossas candidaturas majoritárias, ocupar os espaços de debate nos meios de comunicação, exigindo tratamento democrático a todas as candidaturas, consolidando nossas alianças e principalmente levando nossas propostas programáticas a todos os setores da sociedade.

José Dirceu

é presidente nacional do PT e deputado federal

ARTIGO

Direitos de mulheres continuam

Em maio, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados adotou, por unanimidade, o parecer do relator, Jair Meneghelli (PT-SP), pela rejeição do projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que acabava com a estabilidade da gestante.

A legislação brasileira proíbe a demissão, a não ser por justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. O projeto de Luiz Pontes permitia a demissão, em qualquer circunstância, pagando os salários do período. "Seria um absurdo a aprovação deste projeto. Nós nunca, em tempo algum, podemos pensar em abrir mão da tranqüilidade para a mãe, o pai e mesmo o filho, que representa o emprego e a assistência médica da trabalhadora durante a gestação e o parto", disse Meneghelli.

A recusa do projeto foi

alvo de uma campanha, apoiada pelo Diretório Nacional, que reuniu 70 mil assinaturas, moções da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e de Câmaras Municipais. Este resultado é uma primeira vitória da campanha em defesa dos direitos inscritos na Convenção 103 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), relativa à proteção da maternidade. Um alento para a luta contra o projeto Dornelles, que ameaça flexibilizar o direito às 17 semanas de licença maternidade.

Desde a reunião anual da OIT de 2000, com a revisão da Convenção 103, o questionamento da estabilidade no emprego e da licença-maternidade tornou-se uma realidade em vários países. Essa revisão originou uma nova Convenção, a 183, que permite a demissão da trabalhadora grávida, desde que "não esteja relacionada à

gravidez" (!) e subordina a licença-maternidade às condições de cada país. Depois da revisão, feita sob pressão dos empregadores e governos, a discussão em curso na OIT revela o verdadeiro objetivo da adoção da nova Convenção, a 183.

"Uma comparação entre as principais disposições da Convenção 103 e da Convenção 183 mostra que os dois instrumentos chegam a um equilíbrio diferente, incluindo uma mescla diferente de exigências e de flexibilidade. Para os Estados membros ligados às duas Convenções essas diferenças podem provocar dificuldades na sua aplicação. Estimamos que seria apropriado colocar que se evite este tipo de situação convidando os Estados que ratificaram a Convenção 103 e 183 a denunciar a Convenção 103", afirma documento submetido à

discussão no Conselho de Administração da OIT.

O Brasil ratificou a Convenção 103. Assim, continua mais atual do que nunca o posicionamento pela manutenção dos direitos nela consignados e pela não ratificação pelo governo brasileiro, que votou em 2000 favorável à revisão, da Convenção 183.

A defesa da Convenção 103 da OIT é uma campanha internacional, que esteve na base da Conferência Internacional de Mulheres (em Berlim, Alemanha, em fevereiro).

Em seu nome, foi solicitada uma audiência com Juan Somavía, diretor-geral da OIT, para dar conhecimento dos resultados. A audiência estava confirmada para o dia 14, em Genebra.

Misa Boito

é membro da Executiva Estadual do PT-SP

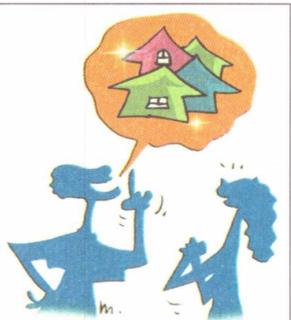
NOTAS

Juventude de SP faz mobilização

A Secretaria Municipal de Juventude do PT promove, entre os dias 17 e 21 de junho, a Semana de Mobilização da Juventude do PT. Em cada região da cidade, em que a Juventude do PT esteja presente, acontece em pelo menos um dia da semana alguma atividade de rua, como panfletagens. A Secretaria de Juventude do PT paulistano estará disponibilizando o material necessário para as atividades. A programação será colocada no site da Juventude na internet (www.juventudedopt.hpg.com.br). Mais informações pelo tel. (11) 5084-4112 ou pelo e-mail jptsp@ig.com.br.

Correção

A última edição do PT Notícias trouxe uma incorreção. O telefone correto para informações sobre fitas de TV e rádio dos programas do partido é (0xx11) 3243-1310.



Encontro discute moradia popular

Acontece entre 12 e 14 de julho, em Piracicaba (SP), o 7º Encontro Estadual de Moradia Popular. O evento deve debater uma nova proposta de política habitacional para o Estado de São Paulo, baseada nos princípios da defesa do direito à moradia e à cidade, na autogestão e que atenda prioritariamente a população de baixa renda e à diversidade da questão habitacional no Estado e que seja articulada, em nível nacional, com o projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular e com o Projeto Moradia do Instituto Cidadania.

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito: Visa Mastercard Dinners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino
Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTB 21.131

SEDE
Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert
e Walter Venturini

Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

ECONOMIA

Governo pega US\$ 10 bi no FMI

O governo brasileiro decidiu utilizar US\$ 10 bilhões do FMI (Fundo Monetário Internacional) para reforçar as reservas internacionais do país e acalmar o mercado em relação ao financiamento das necessidades externas no Brasil. Ao anunciar esta e outras medidas econômicas, no último dia 13, o ministro Pedro Malan (Fazenda) admitiu ter havido um aumento da dívida líquida do setor público durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com ele, um terço do aumento da dívida resultou da política de juros e da mudança do regime cambial. Para especialistas ouvidos pelo PT Notícias, o anúncio do pacote (confira a lista de medidas nesta página) significa que o governo confirma a gravidade da situação econômica brasileira.

Além dos US\$ 10 bilhões do FMI, o governo decidiu elevar a meta para o superávit primário de 3,5% para 3,75% do PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos pelo país), como forma de economizar mais para pagar os juros da dívida. Malan anunciou ainda que o Banco Central vai recomprar até US\$ 3 bilhões de títulos da dívida que vencem em 2003 e 2004. Esses títulos foram responsáveis pelo início da escalada do dólar, gerando a crise de rolagem da dívida do país (leia texto na pág. 4).

Discurso igual

O economista e deputado federal Aloizio Mercadante



O presidente do BC, Armínio Fraga, e o ministro Pedro Malan (Fazenda) cochicham durante o anúncio das medidas

Veja outras 5 medidas

Leia a seguir as outras medidas anunciadas:

1) A meta para o superávit primário sobe de 3,5% para 3,75% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2002 e 2003. Isso significa que o governo pretende economizar mais para pagar os juros da dívida;

2) Redução do piso para reservas internacionais de US\$ 20 bilhões para US\$ 15 bilhões. Isso significa que o governo terá mais

poder de fogo para intervir no mercado de câmbio;

3) O BC vai recomprar títulos que vencem em 2003 e 2004 até US\$ 3 bilhões. O mercado se recusava a comprar papéis de prazo longo, pós-FHC;

4) Encurtamento do vencimento de LFTs (Letras Financeiras do Tesouro, um título público com taxa de juros pós-fixada) deve continuar;

5) O Banco Central vai realizar os chamados "leilões de linha externa", em que o BC oferece dólares aos bancos, que pagam em reais.

(PT-SP) criticou o aumento da meta de superávit fiscal. De acordo com o petista, essa medida engessa os investimentos do futuro governo. "Queremos

estabilidade, mas com crescimento econômico", afirmou.

Segundo ele, é preciso saber sob quais novas condições o FMI vai

conceder US\$ 10 bilhões ao Brasil, e a injeção de dólares nas reservas cambiais não assegura imunidade contra uma eventual fuga de capitais. "Em 1998 pedimos US\$ 41 bilhões para o FMI e isso não evitou o ataque especulativo", afirmou o deputado.

Mercadante lembrou que o cenário e o discurso do governo em 1998 são parecidos com os atuais e a turbulência do mercado se deve, em parte, à convivência do governo.

Bolha

Logo após a divulgação das novas medidas econômicas, o dólar e o risco Brasil caíram, depois de vários dias de alta. Mas há dúvidas em relação à duração da calma causada pelo pacote econômico.

"Neste momento, o governo furou a bolha especulativa, mas não sabemos por quanto tempo", afirmou o economista Antonio Prado, integrante da comissão do Programa de Governo do PT. Segundo ele, as medidas não eliminam os graves problemas do país em relação às dívidas.

"Temos um problema estrutural mais sério de arrocho de crédito no mercado interno e, por conta da vulnerabilidade externa do país, o fôlego vai depender dos desdobramentos da crise norte-americana", disse o economista. Ele lembra que são necessários US\$ 50 bilhões para o financiamento de encargos e amortizações da dívida externa. "Se o arrocho de crédito de fato progredir, teremos mais problemas. Eles estão empurrando com a barriga."

Fundo do BB sofre intervenção federal

O Ministério da Previdência decretou, no início de junho, intervenção na Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil e também o maior do país, com investimentos estimados em cerca de R\$ 39 bilhões. A medida foi justificada pelo fato de a Previ não ter se adaptado à nova lei que rege os fundos de pensão ligados às empresas estatais.

Para o deputado federal Ricardo Berzoini (PT), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a intervenção é inconstitucional, porque fere acordo feito entre direção e funcionários do BB em 1997. Ele afirmou que a nova legislação não interfere diretamente na composição do conselho diretor dos fundos, um dos argumentos para a intervenção.

Pela alegação do governo, o conselho diretor da Previ tem de ser formado por seis membros — três representantes dos funcionários e três representantes do BB —, sendo que o presidente tem direito a voto de minerva (desempate). Atualmente, os representantes dos funcionários são eleitos, e o



pleito deste ano motivou uma queda-de-braço que vinha se arrastando há alguns meses, pela tentativa do governo de evitar a votação.

Outro ponto de atrito era a adesão a uma proposta de pagamento de impostos atrasados que vence no dia 28 de junho. Os funcionários eram contra, mas o governo e a diretoria do BB pressionavam pela adesão, que pode render ao governo pelo menos R\$ 1,7 bilhão.

Sucessão

Para Berzoini, há interesses políticos na intervenção da Previ. O

principal deles, disse o deputado petista, é que a intervenção vai impedir eventuais investigações sobre as ligações de Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do BB, com o fundo de pensão.

Ricardo Sérgio foi apontado como um dos arrecadadores de dinheiro para a campanha do pré-candidato do PSDB José Serra (SP) ao Senado em 1994. O ex-diretor do BB também foi mencionado por suposta interferência na privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e das teles, em 1998, e no

suposto caixa dois da campanha de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

"Há um temor dentro do governo de que Ricardo Sérgio seja o arquivo vivo de Serra, que possa trazer à tona todo o caso, de que maneira operava e qual sua relação com o presidencialismo tucano", afirmou Berzoini.

Segundo o deputado petista, advogados dos funcionários do BB estão estudando desde a semana passada que medidas poderiam ser tomadas em caso de intervenção. O procurador da República

Luiz Francisco de Souza, de Brasília, também anunciou que poderá ir à Justiça contra a intervenção, que, para ele, não atende aos interesses dos 73.574 participantes e 51.734 aposentados da Previ.

"A lei foi criada para aproximar os participantes da gestão dos fundos. E o que o governo quer agora é tirar os participantes das diretorias da Previ para administrar os recursos sem interferência dos donos do dinheiro", afirmou.

Prejuízo

Segundo o secretário de Previdência Complementar, José Roberto Savoia, responsável pela intervenção federal na Previ, o fundo do BB registrou um prejuízo de R\$ 600 milhões no balancete de maio ao ajustar sua carteira de títulos públicos federais às novas regras do Banco Central.

A perda refletiu também a reavaliação, para menos, da participação da Previ na Companhia Vale do Rio Doce. Segundo Savoia, as perdas foram contabilizadas em 31 de maio, último dia útil anterior à intervenção, por decisão da distribuidora do BB.

Bancários decidem por apoio a Lula

A IV Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, nos dias 7, 8 e 9 de junho em Guarulhos (SP), definiu as principais reivindicações da categoria bancária para a campanha salarial deste ano e, pela primeira vez, aprovou apoio a um candidato à Presidência no primeiro turno das eleições — o escolhido foi o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, João Vaccari Neto, explica que a decisão dos delegados pautou-se pela convicção de que as principais dificuldades enfrentadas hoje pela categoria, como por todos os trabalhadores, estariam relacionadas à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.

Ele enfatiza a opção do governo pelo que chama de financeirização da economia, deixando o país refém do capital especulativo internacional.

Segundo Vaccari, "esse modelo é incompatível com o crescimento econômico do Brasil e, conseqüentemente, com a luta em defesa do emprego, dos salários e pela manutenção de nossos direitos. Por isso, os bancários decidiram apoiar um candidato que assumiu publicamente o compromisso de investir no setor produtivo para gerar mais emprego e renda."

Perdas salariais

Entre as principais resoluções do evento, destacam-se a defesa do emprego, dos salários e a manutenção dos direitos da categoria bancária.

Os bancários vão reivindicar reajuste de 13,39%. Esse índice equivale à reposição de 5,93% da inflação medida pelo ICV-Dieese de setembro de 2001 a agosto de 2002 (previsão de 0,30% de inflação nos meses de junho, julho e agosto); 2,65% de resíduo inflacionário referente ao período de setembro de 2000 a agosto de 2001 e 4,28% de produtividade.

Os delegados aprovaram também a proposta de mesa única de negociação entre os setores privado, estadual e federal e estratégias de mobilização para a conquista de suas reivindicações, que incluem a construção de alianças com clientes e entidades de defesa dos direitos dos consumidores.

A conferência nacional contou com a participação de 408 delegados e 26 observadores.

ECONOMIA

BC erra e amedronta investidor

Decisões tomadas recentemente pelo Banco Central contribuíram para aumentar as incertezas dos agentes financeiros que culminaram no pacote anunciado pelo governo federal no dia 13 e causaram nos investidores um sentimento de “confisco” de suas economias. Essas decisões estão sendo alvo de uma investigação do Ministério Público Federal, que acredita em uma imposição de perdas a quem tinha aplicações nos bancos.

Desde o dia 30 de maio, quando o BC obrigou os bancos a corrigir os valores de suas carteiras de investimento — adequando a cotação dos títulos públicos aos valores pelos quais eles são negociados diariamente, processo que ficou conhecido como “marcação a mercado” —, intensificaram-se as críticas à atuação do governo na condução da política econômica.

Com a determinação da marcação a mercado, o BC antecipou a conclusão de um trabalho que estava previsto para acabar somente em setembro, às vésperas do primeiro turno. Segundo argumentaram os diretores do BC, a antecipação foi necessária porque alguns bancos já haviam começado a fazer os ajustes, enquanto outros não — grandes instituições eram até contrárias ao prazo inicial.

Vários comentaristas econômicos nos jornais, no rádio e na televisão concordaram que a marcação a mercado torna a chamada “indústria de fundos de investimento” mais transparente, porque permite à pessoa que aplica suas economias saber quanto e como varia, diariamente, o valor de sua aplicação. Isso ocorre porque, em geral, os fundos de investimento contêm títulos públicos em sua composição — e esses títulos são negociados diariamente e, portanto, sofrem oscilações.

Efeito colateral-1

A antecipação da decisão do BC, na verdade, foi uma tentativa de corrigir erros cometidos no final do ano passado, quando a instituição optou por colocar à venda uma grande quantidade de títulos públicos atrelados ao dólar para tentar baixar a cotação da moeda norte-americana e, com isso, tentar manter a inflação

Dólar dispara após barbearagem do Banco Central



Dirceu: governo é responsável

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), afirmou que o governo é responsável pela atual situação econômica do país. “Se o Brasil tivesse superávit comercial, se o governo tivesse reduzido os juros, se tivesse feito a reforma tributária, se não tivesse permitido a crise energética, nós não estaríamos nessa situação”, afirmou.

Para Dirceu, que também é o coordenador da campanha do petista Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, o governo está apoiando a estratégia do “quanto pior, melhor” — com objetivo de

dentro da meta prevista.

Na época, a medida deu parcialmente certo. Do recorde do dólar em setembro de 2001, de cerca de R\$ 2,80, a cotação foi baixando até fechar o ano em cerca de R\$ 2,32 (veja gráfico). A meta da inflação, porém, não foi atingida: o limite superior era de 6%, e a taxa fechou o ano em 7,67%.

Mas houve um efeito colateral, que começou a ser sentido em março, aproximadamente. Aquela “enxurrada” de títulos públicos no final de 2001 fez com que a cotação dos papéis caísse — é uma das lógicas do mercado, o que existe em excesso tende a perder valor. Mais do que isso, a piora das condições da economia brasileira levaram o próprio BC a manter a taxa de juros em

eventualmente favorecer a candidatura do ex-ministro da Saúde José Serra (PSDB). “Para eles, vale tudo, inclusive levar o país à ruína desde que ajude Serra a crescer na pesquisas, desde que isso permita que eles mantenham o poder”, disse.

Ele também disse que é “reprovável e gravíssimo” que o presidente da República, o presidente do PSDB, José Aníbal, o ministro Pedro Malan (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, tenham afirmado que ou os tucanos continuam no poder ou

um patamar muito alto, contrariando a expectativa de queda em que o governo vinha insistindo desde o começo do ano.

Com o preço dos títulos públicos em queda, os fundos de investimento começaram a espelhar uma situação falsa, daí a decisão do BC de antecipar a marcação a mercado. Ocorre que, ao determinar isso, alguns investidores tiveram perdas, ainda que momentâneas, que chegaram, em alguns casos, a 5% — para comparar, descontada a inflação, a caderneta de poupança rende 6% ao ano. Houve, porém, casos de bancos que, já tendo feito o ajuste, não tiveram perdas em seus fundos de investimento.

Efeito colateral-2

O resultado até o

momento é que, para minimizar as perdas com os fundos, alguns aplicadores estão tentando recuperar o dinheiro investindo em outras opções, entre elas o dólar. Essas operações não se restringem aos grandes investidores, como empresas: alguns investidores de classe média decidiram sacar suas economias e comprar dólares, na expectativa de obter ganhos com a desvalorização do real.

Esse movimento em busca de moeda norte-americana tem feito com que a cotação do dólar volte a disparar: no último dia 12, a taxa média de câmbio (venda) chegou a cerca de R\$ 2,75 (veja gráfico). A desvalorização do real tem aumentado também porque, dadas as atuais dificuldades da economia brasileira,

haverá um caos no Brasil. “Não há hipótese de o Brasil virar uma Argentina”, afirmou Dirceu, reiterando a absoluta convicção de que os eleitores saberão distinguir entre o PT e os responsáveis pela atual situação.

“Os investidores e o mercado não têm medo do Lula”, explicou. “Os investidores têm medo da dívida interna, dos erros que o BC cometeu, da estagnação, da situação de fragilidade das contas brasileiras, tudo responsabilidade do governo. Nós sempre alertamos a sociedade,

desde 1999, que era preciso mudar, fazer reforma tributária, fazer reforma do sistema financeiro e superar a dependência externa.”

Dirceu foi ainda mais taxativo: “A verdade é que o governo Fernando Henrique Cardoso é hoje um governo imobilizado. A maioria dos ministérios têm técnicos que substituíram ministros, não há unidade no Congresso e não há condições de aprovar o que o país precisa. Eu lamento que o presidente da República e o presidente do PSDB adotem um comportamento antidemocrático”.

muitas empresas têm tido dificuldade em refinanciar empréstimos no exterior, têm procurado quitá-los e, para isso, precisam da moeda norte-americana — outra lógica do mercado: quando há escassez (de dólar, no caso), o preço aumenta.

Há escassez de dólares porque o Brasil não tem conseguido obter resultados expressivos na balança comercial (exportações menos importações), o governo retém dólares porque precisa pagar juros ao exterior e os investidores estrangeiros estão retirando recursos do país.

Os investidores estrangeiros mandaram para fora do Brasil US\$ 616 milhões em maio, segundo o BC — em abril, o montante havia sido de US\$ 396 milhões. No ano, o total já chega a US\$ 1,976 bilhão.

Efeito colateral-3

Os erros do BC na tentativa de interferir na cotação do dólar em 2001, mais a decisão de antecipar a marcação a mercado — com os conseqüentes impactos sobre os fundos de investimento —, repercutiram ainda sobre a credibilidade que alguns títulos públicos têm no mercado. Depois das barbearagens do BC, os bancos não querem ficar com títulos públicos de prazo mais longo — de 1999 para cá, o prazo médio de vencimento passou de cerca de 27 meses para 35 meses —, como eram aqueles negociados em 2001 e que acabaram desvalorizados por causa de sua presença excessiva no mercado.

O BC tentou enfrentar os bancos, mas vem perdendo a disputa. Além de ter sido obrigado a substituir alguns papéis de longo prazo por outros de curto prazo, nem sequer esses últimos tem sido bem aceitos. O Tesouro, que também negocia títulos públicos, fez uma oferta no dia 11 e não conseguiu vender tudo o que pretendia — pior, teve de oferecer juros mais altos para que os bancos ficassem com os papéis.

Vulnerabilidade

A piora na aceitação dos títulos públicos brasileiros acontece porque, como foi mostrado na última edição do PT Notícias, a vulnerabilidade da economia brasileira vem crescendo, particularmente a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos no país).

Quando assumiu a Presidência da República, em 1995, Fernando Henrique Cardoso recebeu uma dívida que equivalia a 30,4% do PIB. Neste ano, o percentual chega a 56% do PIB — com agravantes: a) como parte dessa dívida (cerca de 40%) é em dólar, quanto mais desvalorizado o real, mais “cara” se torna a dívida total; e b) devido à alta taxa de juros, deteriorou-se a perspectiva de crescimento do PIB.

Como a dívida do governo está ficando mais “cara” — e com um prazo menor de vencimento — e a economia não cresce, aumenta a incerteza de bancos e investidores em relação à capacidade de o Brasil honrar seus compromissos.

GLOSSÁRIO

Balanco de pagamentos — É o conjunto de registros das transações entre o Brasil e o resto do mundo. Basicamente, reúne quatro contas: balança comercial (exportações menos importações), balança de serviços (que relaciona vários tipos de transações, como o pagamento de juros para o exterior e viagens internacionais), transferências unilaterais

(entradas e saídas de recursos “espontâneas”) e conta de capitais (recursos para investimentos, empréstimos e financiamentos).

Conta corrente — É o resultado da soma da balança comercial, da balança de serviços e das transações unilaterais. Pode ter saldo positivo (superávit) ou negativo (déficit). Caso ocorra um

déficit, ele terá de ser financiado por uma entrada de recursos vindos do exterior, que pode se dar na forma de investimento, financiamento ou empréstimo.

Dívida pública — É o total de débitos que o governo (União, Estados, municípios e empresas estatais) tem com pessoas físicas e empresas. Ela pode ser interna, quando

os credores moram no país, ou externa, quando os credores residem em outros países.

Juro — É a remuneração que o tomador de um empréstimo tem de pagar ao dono do dinheiro.

PIB (Produto Interno Bruto) — É a soma dos bens e serviços produzidos em um país durante um determinado período de tempo, em geral um ano (ou 12 meses).

Títulos públicos — É um título emitido e garantido pelo governo. Pode servir para financiar um déficit no orçamento público, para antecipar receitas ou para garantir equilíbrio no mercado. O comprador tem direito a receber um rendimento, que pode ser determinado por meio de taxas de juros ou variação da taxa de câmbio.

Taxa de câmbio — É o valor por meio do qual

moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional, por exemplo US\$ 1 = R\$ 2,50. Se o valor se altera e são necessários mais reais para trocar um dólar, por exemplo US\$ 1 = R\$ 3, há *desvalorização do real* (pode-se falar em *alta do dólar*). Em caso contrário, por exemplo US\$ 1 = R\$ 2, há *valorização do real* (ou *queda do dólar*).

PLEBISCITO

PT contesta questões sobre Alca



O secretário-geral nacional do PT, Luiz Dulci, para quem é preciso um novo método de negociação da Alca

Proposta dos EUA traz equívocos

O secretário-geral nacional do PT, Luiz Dulci, explica por que o partido tem lutado contra a Alca, tal como proposta pelos Estados Unidos. De acordo com ele, é preciso haver um esforço de integração, mas com outro conteúdo e outro método, que permita a superação das desigualdades sociais profundas entre os países das Américas. Leia abaixo trechos da entrevista.

Qual a posição do PT em relação à Alca?

A nossa posição foi aprovada no Encontro Nacional de Recife, em dezembro de 2001, por consenso do conjunto de delegados de todos os Estados. Um consenso pleno de recusa à proposta norte-americana da Alca, portanto, recusa da Alca. A resolução orienta o partido a não apenas trabalhar contra a proposta, mas buscar somar forças sociais e políticas dentro do próprio país e buscar alianças sociais e políticas nos demais países das Américas para impedir a viabilização dessa proposta que está em andamento.

Como será essa luta?

A essência da posição do PT é que nós não achamos que a campanha contra a Alca deva ser só da esquerda. Há setores que não são da esquerda, setores econômicos, setores empresariais importantes que podem somar conosco em torno dessa causa. E a luta contra a Alca será tanto mais forte quanto mais unitária ela for.

Ser contra a Alca é ser contra a integração das Américas?

De maneira nenhuma. A resolução diz que o PT é favorável à integração das Américas. Nós achamos que é positivo para o Brasil e para os demais países das Américas que se estabeleça esse objetivo de integração, mas não da maneira que está sendo proposta pelos EUA. Essa proposta atual é absolutamente desigual, assimétrica, favorece os EUA em detrimento de

todos os demais países das três Américas.

Se alguns pontos do acordo atual fossem reformulados, o partido passaria a apoiá-lo?

A questão não é corrigir o atual processo. Nós achamos que deve haver um esforço de integração, mas um novo esforço, com outro conteúdo e outro método — e outros prazos também, porque, se houver uma integração precipitada, há um ritmo que não permite superar as desigualdades sociais profundas. É preciso propor isso aos demais países. O que temos até agora é um projeto muito impositivo. A rigor a proposta foi feita pelos EUA, e os demais países foram obrigados na prática a discutir a partir dele. Já nasceu desequilibrado no conteúdo mas também no método. A economia brasileira hoje é muito entrelaçada com as demais economias do continente e do mundo. Nós precisamos dos mercados internacionais, precisamos de insumos adquiridos no mercado internacional para nossa própria indústria. Então a nossa alternativa a essa proposta da Alca que a gente critica e combate não é o fechamento da economia brasileira. É “uma outra integração é possível”, e é desejável e é necessária.

Como seria essa integração?

Somos favoráveis a resgatar e fortalecer o Mercosul e achamos que devemos participar das novas negociações sobre a integração das Américas enquanto Mercosul, e não cada país isoladamente. Isso asseguraria um diálogo mais equilibrado, uma negociação mais eqüitativa. E a integração das Américas não exclui, pelo contrário, reclama uma visão multilateral da inserção do Brasil no mundo, dinamizando muito a relação do Brasil e do Mercosul com a União Européia e também com países da Ásia e da África. Não queremos uma

relação de exclusividade com a América Latina e com os EUA e o Canadá.

Um acordo ideal seria nos moldes do que criou a União Européia?

A proposta norte-americana para a Alca é bem diferente do processo que resultou na União Européia. Primeiro porque foi um calendário bem menos sufocante. Na Alca, os prazos são muito curtos. A UE também não é apenas uma legalização de mercados. A UE trabalhou a questão dos direitos trabalhistas, das identidades culturais. E houve muitas estratégias de ajudar os países mais pobres. A pura unificação dos mercados entre desiguais não é uma integração. Nesse caso ocorre a destruição de alguns mercados nacionais e a absorção pura e simples de mercados nacionais pelos grandes grupos, sobretudo norte-americanos. A UE foi fazendo linhas de crédito, investimentos a fundo perdido, repasses puros e simples de recursos financeiros para os países mais pobres, para fazer com que eles se tornassem competitivos. Não foram investimentos que aboliam a soberania dos países.

A posição do PT ficou ainda mais fortalecida após o agravamento das políticas protecionistas de George Bush?

A política do governo Bush deixa claro esse desequilíbrio profundo, essa coisa da anexação. Porque ao mesmo tempo em que eles continuam com a proposta da Alca, propondo uma rápida liberalização de todos os mercados, estão adotando pacotes protecionistas nos EUA. Uma grande parte de nossa pauta de nossas exportações é agricultura e a siderurgia. E os EUA criaram as barreiras do aço e os subsídios agrícolas. Ou seja, eles estão restringindo nossas exportações exatamente naquelas áreas onde somos mais competitivos. Então eles

estão agindo ao contrário da lógica que eles dizem ser a lógica da Alca. É o “dois pesos e duas medidas”, o “façam o que eu falo, não façam o que eu faço”. O fato de o senado norte-americano ter negado o “fast-track” [instrumento legal que autoriza o governo a negociar tratados comerciais e submetê-los para aprovação ou recusa na íntegra pelo Congresso, sem possibilidade de emendas] é um agravante, porque os argumentos usados na negativa são de que o senado poderá restringir ainda mais, poderá negociar coisas que sejam danosas para determinados setores da economia americana. A conduta prática dos EUA de agravar o protecionismo está inviabilizando a proposta deles.

O que o senhor pensa da postura do governo FHC perante as negociações da Alca?

É muito defensiva, muito recuada. Em nenhum momento usou adequadamente a força relativa que o Brasil tem, sendo a maior economia da América Latina e tendo mercado interno grande — que pode crescer ainda mais e que é objeto de muito interesse dos países latino-americanos e também das empresas norte-americanas. O Brasil teria um poder de barganha muito maior, que não foi utilizado por uma compreensão e uma atitude política equivocada. O governo FHC — e aí não estou me referindo ao Itamaraty, que do ponto de vista técnico tem quadros muito preparados, tem uma leitura muito precisa e criteriosa do que está em jogo — optou sempre por uma política subserviente, acreditando na ilusão de uma relação privilegiada com os EUA. Isso não aconteceu. O Brasil foi tratado com a mesma dureza com que foram tratados os demais países das Américas, e nós deixamos de exercer uma pressão que poderíamos exercer.

O PT decidiu, na última reunião da Comissão Executiva Nacional, pedir a reabertura da discussão sobre as perguntas que constarão da cédula do Plebiscito Nacional sobre a Alca, a ser realizado entre os dias 1º e 7 de setembro. Segundo o partido, as perguntas devem se concentrar no tema da Alca para refletir um esforço unitário desta campanha.

Nos dias 3 e 4 de junho, a Plenária da Alca decidiu incluir no plebiscito perguntas sobre a base de Alcântara, no Maranhão, contrariando a posição do PT. “Temos combatido a Alca na linha de frente e vamos continuar nessa luta, mas precisamos expor um programa mínimo comum para tornar a campanha forte”, disse o presidente nacional do PT, José Dirceu, para justificar o fato de o partido não concordar com a inclusão de outros temas.

Segundo a resolução, “a redação das perguntas que constarão das cédulas do plebiscito cria dificuldades para a participação de várias entidades que, a exemplo do PT, talvez sejam levadas a reavaliar a sua participação no plebiscito”.

Mesmo se isso ocorrer, a luta do partido contra a Alca vai continuar. A Área de Livre Comércio das Américas é um acordo que prevê, até o prazo máximo de 2005, a adoção de tarifa zero no comércio entre 34 países das Américas, com única exceção de Cuba.

Histórico de lutas

Desde 1994, o PT vem participando de todas as iniciativas contrárias à Alca, tal como proposta pelo governo dos EUA. No Encontro Nacional de Recife, realizado em dezembro de 2001, foi decidido, por consenso, que o PT deveria recusar a Alca. Segundo Luiz Dulci, secretário-geral nacional do PT, o acordo que está sendo discutido foi proposto unilateralmente pelos EUA e

favorece este país em detrimento de todos os demais países das Américas. “É um acordo desigual, assimétrico, que nasceu desequilibrado no conteúdo e no método”, afirma Dulci. Segundo ele, o PT é favorável à integração das Américas, mas desde que seja feito um novo esforço de integração.

Problemas

Um dos maiores problemas da Alca, segundo explica o economista Antonio Prado — integrante da comissão do programa de governo do PT — é que a proposta de livre comércio não é acompanhada de uma proposta de integração social e de uma assistência econômica. “Qualquer acordo hemisférico deve se voltar a questões sociais e de desenvolvimento, e não apenas para questões empresariais que beneficiam as multinacionais norte-americanas”, afirmou.

Ele cita como exemplo o capítulo 11 do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que deverá ser adotado também na Alca. Este capítulo dá às grandes empresas o direito de questionar as leis dos Estados em tribunais secretos e de exigir indenizações dos governos. “Algumas empresas têm usado o Nafta para questionar leis de proteção ambiental, saúde pública e defesa do consumidor, sob o pretexto de que tais leis afetam seus lucros. Quando um Estado mexicano proibiu que a empresa americana Metalclad construísse uma unidade numa reserva ecológica, por exemplo, a empresa se valeu do Nafta com sucesso para ser indenizada em mais de US\$ 16 milhões pelo governo mexicano”, disse.

Para Dulci, a adoção de novas políticas protecionistas dos EUA — as barreiras sobre o aço e os subsídios agrícolas — agrava ainda mais a situação.

Leia íntegra da resolução

Unidade popular na luta contra a Alca

1. O PT aprovou, no seu XII Encontro Nacional, uma dura resolução contra a Alca. Desde 1994, aliás, o Partido dos Trabalhadores vem participando de todas as iniciativas contrárias à Alca, tal como proposta pelo governo dos EUA.

2. O PT tem por tradição engajar-se em campanhas unitárias. Foi o caso das Diretas Já, do Fora Collor e do Plebiscito Nacional da Dívida, entre outras.

3. O PT considera que o sucesso do Plebiscito Nacional contra a Alca — oportunamente marcado para a Semana da Pátria, de 1º a 7/9/2002 — será tanto maior, quanto maior for a unidade entre as forças que impulsionam o Plebiscito.

4. O PT avalia que as perguntas que constarão da cédula do Plebiscito devem refletir este esforço unitário,

concentrando-se no tema da Alca.

5. O PT avalia que a redação das perguntas que constarão das cédulas do Plebiscito Nacional, conforme decisão da plenária realizada nos dias 3 e 4/6, cria dificuldades para a participação de várias entidades que, a exemplo do PT, talvez sejam levadas a reavaliar a sua participação no Plebiscito.

6. Tendo isto em vista, o PT se dirige à coordenação nacional e às entidades que dirigem o Plebiscito, solicitando que, em nome da unidade das forças populares, reabra a discussão sobre as perguntas que constarão da cédula do Plebiscito.

Resolução da Comissão Executiva Nacional do PT São Paulo, 10 de junho de 2002

ELEIÇÕES

Conferência debaterá programa

A coordenação do programa de governo do PT para 2002 promove no próximo dia 22, em São Paulo, uma conferência nacional para discutir as propostas do partido com a sociedade.

Prevista para durar todo o dia, a "Conferência Nacional: Programa de Governo" pretende reunir filiados e não-filiados no Novotel da av. Zachi Narchi, 500 (zona norte da capital, próximo ao terminal rodoviário Tietê e do shopping Center Norte).

O objetivo do PT é ouvir diferentes opiniões, dos debatedores e do público, sobre a inclusão social, a economia, a infra-estrutura, a cultura e a democracia. O texto com as linhas principais do programa de governo deverá ser aprovado na reunião do DN (Diretório Nacional) marcada para os dias 28 e 29, em São Paulo.

Na reunião, o DN também homologará as alianças para a sucessão presidencial e o candidato ou candidata a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva.

Participações

A "Conferência Nacional: Programa de Governo" consistirá de um dia intenso de debates, que começa às 9h30 e vai até o início da noite, quando Lula encerrará o evento. Devido à Copa do Mundo, haverá uma televisão à espera dos participantes, já que um dos jogos das quartas-de-final começa às 8h30 e poderá definir um eventual adversário do Brasil em uma das semifinais.

A abertura será feita pelo coordenador nacional do programa de governo, Antônio Palocci, também prefeito de Ribeirão Preto (SP), e pelo presidente nacional do PT e coordenador da campanha de Lula, deputado federal José Dirceu (SP). De manhã, uma única mesa vai abordar o Brasil de hoje. À tarde, cinco grupos vão aprofundar aspectos diferentes.

A conferência nacional é aberta, mas é necessário solicitar o convite à Coordenação Executiva do Programa de Governo, por meio do e-mail secretariapag@pt.org.br, do telefone (11) 3243-1383 ou do fax (11) 3105-0613. Qualquer pessoa — petista ou não — poderá acompanhar, desde que tenha o convite.

Continuidade

A "Conferência Nacional: Programa de Governo" conclui ainda uma série de eventos regionais, temáticos e setoriais realizados nas últimas semanas (leia texto nesta página).

No âmbito dos setoriais, houve no início de maio o Seminário Nacional de Combate ao Racismo, em Brasília. No campo temático, ocorreu em São Paulo um seminário sobre educação, ciência e tecnologia.



Lula recebe proposta socioambiental

O pré-candidato a Presidência da República do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu, no dia 5 de junho, a Proposta Socioambiental para debate e inserção no Programa de Governo 2002. O documento foi preparado pela Smad (Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT) e a Comissão de Programa Socioambiental, após consulta a especialistas, militantes e parlamentares. A partir de agora, começa a fase de debate público do programa. O processo de consolidação desse

programa será encerrado em conferência específica, que deve ocorrer entre julho e agosto de 2002.

Entre as propostas sugeridas no documento está a realização de um mutirão de recuperação florestal, articulando programas e estudos sobre a Amazônia, e a criação de um programa de compensação financeira, com base na Renda Mínima e na Bolsa-Escola, para atender a populações tradicionais agroextrativistas. Também consta das propostas a implementação de um conjunto de ações de controle e fiscalização dos

biomas nacionais ameaçados de extinção, em especial a Mata Atlântica, implantando corredores ecológicos e recuperando áreas degradadas. O documento pede ainda a criação de um programa de geração de emprego com ações de incentivo à indústria de reciclagem, reflorestamento, saneamento ambiental, despoluição das águas, obras e construções urbanas, viveiros e plantio de árvores, contenção de encostas etc. Em relação à reforma agrária, a proposta prevê a criação de um programa de apoio a assentamentos, com

saneamento rural, assistência técnica e extensão apropriadas a áreas de floresta, cerrado, várzea, semi-árido, proteção das áreas de preservação e ao uso adequado das reservas legais, criando novas reservas extrativistas, pólos agroflorestais e programas de saneamento.

A íntegra do documento, com todas as propostas apresentadas para a área de meio ambiente está disponível para download no site do PT (www.pt.org.br, no item documentos da barra lateral esquerda da home page).

Visão sobre Amazônia é debatida

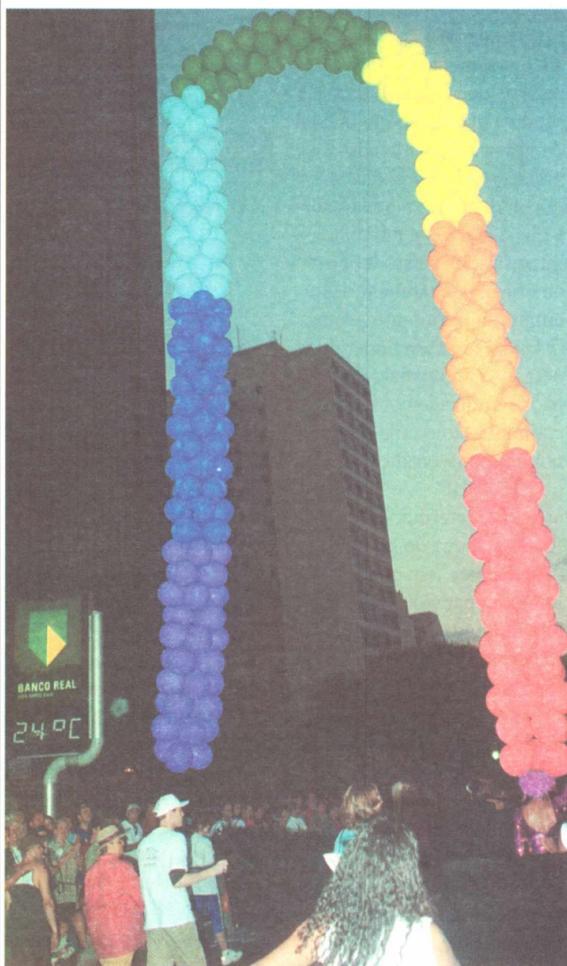
A inserção da Amazônia no debate nacional foi a tônica dos debates regionais organizados pela coordenação do programa de governo do PT nos dias 8 e 9 de junho em Belém (PA) e Manaus (AM). As diversas propostas, classificadas por seis eixos temáticos, serão sistematizadas para a Conferência Nacional sobre o Programa de Governo, marcada para 22 de junho em São Paulo. Também haverá debates nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

"Pela primeira vez discutiu-se a Amazônia não só do ponto de vista regional, como se estivesse separada do país, mas sobre sua importância e seu lugar no desenvolvimento brasileiro", avaliou Márcio Meira, secretário municipal de Cultura de Belém e um dos representantes da região na coordenação nacional do programa de governo, liderada pelo prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci.

A região também é representada na equipe pela senadora Marina Silva (PT-AC) e pelo deputado estadual Gilney Viana (PT-MT), que participaram dos debates.

O encontro em Belém teve a presença de cerca de 300 lideranças dos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Já em Manaus estiveram 100 lideranças do Amazonas, Roraima e Acre.

SETORIAIS



Manifestantes na parada, que contou com Marta (dir.)



Parada gay reúne 400 mil em São Paulo

Os petistas estavam em peso na Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) realizada no dia 2 de junho, em São Paulo. "Estas pessoas estão aqui porque estão conosco nesta luta há muitos anos", justificou o presidente da Associação da Parada sobre a presença de personalidades petistas no carro oficial da festa.

Discursaram no carro de abertura do evento, com público estimado pela Polícia Militar de 400 mil pessoas, os vereadores paulistanos Adriano Diogo e Ítalo Cardoso, o deputado estadual Renato Simões, o candidato do PT ao governo de São Paulo, deputado José Genoíno, e a prefeita paulistana Marta Suplicy, autora do projeto de parceria

civil entre pessoas do mesmo sexo.

Também no início do mês ocorreu a 2ª Plenária Nacional de GLTTs do PT, que teve como objetivo impulsionar a organização nacional desse setorial.

Os militantes votaram uma nova coordenação e discutiram a relação do partido com o movimento gay e lésbico.